

# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

**Processo** 006/2026  
**Origem/Interessado** Câmara Municipal de Primavera do Leste  
**Assunto** Projeto de Lei 1.934/2026  
**Parecer nº** 016/2026/PJCM  
**Local e Data** Primavera do Leste/MT, 30 de janeiro de 2026.  
**Procuradora Jurídica** Rebeca Morena Pozzebonn Abreu

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE LEI Nº 1.934/2026. CARÁTER DE URGÊNCIA.**

## **I – RELATÓRIO**

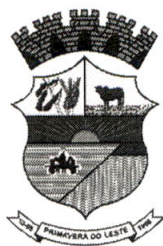
De autoria do Poder Executivo Municipal, submete-se à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Primavera do Leste-MT, o Projeto de Lei Ordinária nº 1.934/2026, o qual **“DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL GALILÉIA EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFª MARIA EUGÊNIA GODOI DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Após, os autos vieram a esta Procuradoria Jurídica para emissão de parecer.

Nos autos, consta o Parecer Jurídico favorável ao trâmite regular do presente feito às fls. 010/012.

É o relatório. Passo a fundamentar.

*Rebeca*



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

## II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### II.I DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

### II.II DA ANÁLISE JURÍDICA

Destaca-se que o presente parecer jurídico se limitará a análise da tramitação em caráter de urgência, uma vez que questões relacionadas à iniciativa, matéria e competência, já foram abordadas no Parecer nº 006/2026 (fls. 010/012).

O Regime de Urgência está amparado na Lei Orgânica em seu art. 40, § 3º, vejamos:

**Art. 40. O Prefeito poderá solicitar urgência e votação em um só turno para apreciação dos projetos de sua iniciativa.**

**§ 3º - No caso de pedido com urgência, o Presidente terá que submeter o pedido à apreciação do Plenário, necessitando de maioria simples para sua aceitação. (grifo nosso).**

Assim, entendo que a propositura em exame está em plena consonância



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

com a legislação pertinente à matéria, incluindo o **CARÁTER DE URGÊNCIA**, restando aos Nobres Vereadores analisar o mérito da questão, apreciando a operação em comento com as cautelas de praxe.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, não encontrando nenhum óbice sob a ótica jurídica que impeça a tramitação do presente Projeto de Lei, opino **FAVORAVELMENTE** ao trâmite em **CARÁTER DE URGÊNCIA** do presente feito.

É o parecer.

Primavera do Leste/MT, 30 de janeiro de 2026.

**REBECA MORENA POZZEBONN ABREU**

*Procuradora Jurídica da Câmara Municipal*